



SNBU 2025

XXIII Seminário Nacional de
Bibliotecas Universitárias

17 A 20 DE NOVEMBRO
SÃO PAULO - SP

Eixo 2 – Inclusão e pertencimento

Avaliação da acessibilidade em bibliotecas universitárias: estudo de caso na Universidade Federal Fluminense

Evaluation of accessibility in university libraries: a case study at Fluminense Federal University

Ana Paula Lima dos Santos – Universidade Federal Fluminense (UFF) –
annalima27@gmail.com

Resumo: Analisa a acessibilidade comunicacional e informacional nas bibliotecas da Universidade Federal Fluminense, com base no *checklist* da Federação Brasileira das Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições nas diretrizes do W3C. Fundamentado em uma abordagem qualitativa e documental, os resultados revelam baixa adesão a práticas de acessibilidade digital e ausência de políticas institucionais específicas. Conclui-se que, embora existam avanços na acessibilidade arquitetônica, é urgente implementar ações voltadas à informação acessível, capacitação de profissionais e inclusão efetiva, visando garantir o direito pleno à informação a todos os usuários, conforme preconizado pela Lei Brasileira de Inclusão.

Palavras-chave: Acessibilidade informacional. Biblioteca universitária. Inclusão social. Pessoa com deficiência. Política de informação.

Abstract: This study analyzes communicational and informational accessibility in the libraries of the Fluminense Federal University, based on the checklist developed by the Brazilian Federation of Associations of Librarians, Information Scientists, and Institutions and on W3C guidelines. Grounded in a qualitative and documental approach, the results reveal low adherence to digital accessibility practices and a lack of specific institutional policies. It concludes that, although there have been advances in architectural accessibility, it is urgent to implement actions focused on accessible information, professional training, and effective inclusion, in order to ensure the full right to information for all users, as established by the Brazilian Inclusion Law.





Keywords: Informational accessibility. University library. Social inclusion. People with disabilities. Information policy.

1 INTRODUÇÃO

São mais de 18,6 milhões de brasileiros que possuem algum tipo de dificuldade para ver, ouvir, se movimentar ou algum tipo de incapacidade mental (IBGE, 2023). A tarefa de incluir este imenso contingente, de modo que tenham acesso em todos os lugares e aos serviços que têm direito, é uma tarefa dos governos e de toda a sociedade. O planeta discute o tema acessibilidade e o coloca como um dos protagonistas da evolução civilizatória planejada e necessária para a próxima década, nesse contexto a inclusão aparece textualmente nas ODS: 4, 8, 11 e 16, da agenda 2030 (ONU) (FEBAB, 2018).

Diante desse cenário, como as bibliotecas universitárias podem se preparar para garantir a inclusão informacional e comunicacional das pessoas com deficiência? Este artigo constitui um recorte de pesquisa de doutorado da autora e visa analisar a acessibilidade informacional e comunicacional das bibliotecas universitárias da Universidade Federal Fluminense (UFF), a partir da aplicação do *checklist* da FEBAB, com foco na identificação de barreiras à inclusão de pessoas com deficiência, e propor recomendações para uma política institucional de informação acessível.

2 METODOLOGIA

A Federação Brasileira das Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) desenvolveu uma compilação de critérios para análise da acessibilidade em bibliotecas e centros de documentação para auxiliar o bibliotecário e/ou gestor a transformar esses espaços em locais acolhedores e inclusivos. Consiste em um *checklist*¹ elaborado a partir do trabalho de Nicoletti (2013) que apresenta 8 categorias de acessibilidade (arquitetônica, mobiliário e equipamentos, comunicacional, informacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal) para diagnosticar e medir o grau de acessibilidade da biblioteca.

¹ Instrumento de avaliação das condições de acessibilidade em bibliotecas: <https://www.acoesfebab.com/checkliston>.



O recorte para a aplicação do *checklist* focou-se em identificar aspectos relacionados às barreiras nas comunicações e no acesso à informação. O objetivo das inspeções, baseada no *checklist*, foi verificar a acessibilidade informacional e comunicacional das bibliotecas universitárias investigadas. Nesta fase, realizou-se uma análise manual, nos *sites* e catálogos *online* das bibliotecas da UFF, observando cada item apontado no instrumento de avaliação estabelecido e também as diretrizes do W3C para verificação das condições de acessibilidade de infraestrutura tecnológica.

Nesta direção, analisaram-se os dados constantes nas páginas e catálogos *online* dos sistemas de bibliotecas da UFF. Nessa etapa, buscou-se fazer um diagnóstico da estrutura e da infraestrutura informacional das BU, incluindo seus catálogos *online* e *sites*.

O preenchimento do checklist foi realizado individualmente pela autora, no período de janeiro a março de 2024. A análise consistiu na verificação manual dos sites e catálogos online das bibliotecas universitárias da UFF, com base nos critérios do instrumento da FEBAB. Cada item foi avaliado com base na observação direta das funcionalidades disponíveis nos ambientes digitais, complementada pela análise documental de relatórios institucionais e do Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU/SDC). A classificação das respostas seguiu as categorias “Sim”, “Não” e “Parcialmente”, conforme os parâmetros indicados pela FEBAB.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de n. 13.146, de 06 de julho de 2015, tem como principal objetivo garantir e promover, em justas condições, que a pessoa com deficiência exerça seu direito, que é devido a qualquer cidadão regido pela Constituição Brasileira, possibilitando a inclusão social e o exercício da cidadania que é um direito de todos (Brasil, 1988). Dessa forma, se faz necessário que as instituições brasileiras se adéquem e se tornem acessíveis para atender essas pessoas (Brasil, 2015).

A Lei define Pessoas com deficiência de forma generalizada, pois a deficiência pode ser: intelectual, motora, auditiva, visual, deficiência múltiplas, enfim, não importa a deficiência que a pessoa tenha, o mundo precisa ser acessível de modo que atenda a todos, sem distinção.



A Lei aponta várias áreas onde a acessibilidade deve ser inserida: acessibilidade física, arquitetônica, urbanista, tecnológica, transporte, atitudinal, mobiliário, residência, profissional de apoio escolar. No artigo terceiro, inciso IV, alínea d, a LBI entre outros itens considera para fins de aplicação da lei as

barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação (Brasil, 2015, art. III, alínea d).

Nesse sentido, Lei é para ser cumprida e como instituições públicas, precisamos dar o exemplo e nos adequarmos até por questões de se evitar processos por não está cumprindo a lei, hoje as pessoas estão cada vez mais cientes dos seus direitos e com isso cobram à medida que não os tem garantidos pelas instituições. Além disso, é dever dos profissionais da informação orientar seus usuários sobre seus direitos.

Para Babalola; Haliso (2011) As bibliotecas têm uma obrigação moral no que se refere ao acesso e disponibilização da informação para todos independentes de sexo, cor, raça, crédulo, afiliação política ou partidária e deficiência. Mesmo com essa responsabilidade social concedida a biblioteca pelo poder de organizar e disponibilizar a informação existem pessoas que estão fora desse direito, pois tem o acesso limitado ou mesmo inexistente aos materiais de informação, uma vez que a biblioteca e bibliotecários devem prover o acesso a informações essenciais para pesquisadores e qualquer cidadão que necessite da informação para sua vida. Por isso adequar os serviços da biblioteca para todos é fundamental.

Para avaliar as ações de acessibilidade e inclusão, utilizamos o *checklist* da FEBAB mencionado na seção da metodologia, foi selecionada a categoria **barreiras nas comunicações e na informação**. Com base neste documento, criamos um *checklist* para avaliar a acessibilidade comunicacional e informacional em Biblioteca Universitária (BU).

Conforme se observa no quadro 1, este instrumento contém itens de avaliação divididos nas categorias obra, acervo, catálogos, serviços e *site*, tendo como critérios avaliativos as possibilidades de acessibilidade, em meio físico e digital, aos acervos e serviços oferecidos pelas BU às pessoas com deficiência.

Nesta análise são consideradas as opções: “Sim”, “Não” e “Parcialmente”. Por parcialmente entendemos uma situação em que apenas uma parte ou porção de algo

foi afetada, alcançada ou concluída, deixando o restante ainda não realizado ou incompleto.

As questões foram averiguadas por meio da análise do Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) da Superintendência de Documentação (SDC), órgão que gerencia as bibliotecas da UFF, de seus relatórios anuais e da análise das funcionalidades dos *sites* das bibliotecas, do catálogo do sistema (Pergamum UFF), conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Avaliação de acessibilidade informacional e comunicacional nos *sites* e catálogos *online* das bibliotecas universitárias da Universidade Federal Fluminense

Questões indicadas	Informacional e comunicacional Itens de avaliação	SIM	NÃO	Parcialmente	Bibliotecas
1	As obras impressas em papel (livros, periódicos, folhetos, jornais <i>etc.</i>) estão em formato digital que possa ser processado por sistemas de leitura e ampliação de tela ou em versão sonora em formato magnético?			X	BCG e BUCG
2	As obras essencialmente visuais ou não textuais (gráficos, tabelas, imagens, legendas gráficas <i>etc.</i>) estão disponíveis na versão visual ampliada, sonora (por locução) e tátil (em texturas diferenciadas, mapas táteis, caracteres em relevo <i>etc.</i>)?		X		Nenhuma biblioteca do sistema
3	As obras essencialmente sonoras, como entrevistas disponíveis em arquivos de áudio, também estão disponíveis em texto, possibilitando sua edição em tipos ampliados, braile e caracteres em relevo?			X	BCG e BUCG
4	Quando em meio digital, as obras são processáveis por sistemas de leitura e ampliação de tela e outros que a tecnologia permitir?			X	todas
5	O conteúdo do <i>site</i> da biblioteca é acessível, podendo ser adaptado por diferentes dispositivos de acesso de acordo com as recomendações do World Wide Web Consortium (W3C)?			X	todas
6	O acervo <i>online</i> da biblioteca é acessível por diferentes dispositivos de acesso, conforme recomendações do W3C?			X	todas
7	O catálogo informatizado da biblioteca apresenta acessibilidade digital aos usuários, com ferramentas de busca de informação acessíveis por leitores de tela, possibilidade de inversão de cores e ampliação da tela, conforme recomendações do W3C?			X	todas
8	A biblioteca disponibiliza suas normas (regulamento, por exemplo) em diferentes formatos? (Recomenda-se em braile; em			X	todas

	versão ampliada impressa em papel; e em formato digital acessível a leitores de tela.)				
9	Os formulários disponíveis no <i>site</i> da biblioteca para a realização de pesquisas, quando impressos, estão disponíveis em tamanho ampliado para pessoas com baixa visão e em braile? (Recomenda-se que o mesmo formulário esteja disponível no <i>site</i> da biblioteca e atendendo às mesmas condições de acessibilidade indicadas pelo W3C.)		X		todas
10	Os serviços de atendimento ao usuário, para consulta e resposta, apresentam múltiplos meios de comunicação como correio eletrônico, fax, telefone, atendimento <i>online</i> via internet <i>etc.</i> ?	X			todas

Fonte: adaptado pela autora, baseado no *checklist* da FEBAB (2025).

Audiodescrição: O quadro apresenta uma tabela com dez questões relacionadas à acessibilidade informacional e comunicacional em bibliotecas. Cada linha contém, o número da questão, a descrição do item avaliado, as opções de resposta: Sim, Não, ou Parcialmente, das quais apenas uma é marcada com um "X" e as bibliotecas a que se refere a resposta.

No PDU/SDC 2021-2023, ficou evidente a falta de políticas e ações para ampliar a acessibilidade, apesar de detectarem a necessidade e a ausência de acesso, seja físico - tendo em vista que algumas bibliotecas como as do *campus* Valonguinho ficam localizadas em morros e subidas – seja informacional, já que as poucas ações detectadas se relacionavam às Tecnologias Assistivas. Como observamos, *sites*, repositórios e *softwares* acessíveis permitem que pessoas impossibilitadas de terem acesso à unidade física, possam acessar a informação necessária de qualquer lugar.

O baixo grau de acessibilidade informacional e comunicacional das bibliotecas foi apontado no PDI/UFF 2018-2022, mas, políticas ou mesmo iniciativas concretas ainda não apareceram no PDU/SDC 2021-2023, com exceção do documento de Critérios de Seleção para Documentos Eletrônicos em Geral (2022), que menciona a acessibilidade digital de modo que proporcione às pessoas com deficiência o acesso à informação.

Observa-se, tanto nos documentos institucionais quanto, na prática dos serviços, uma priorização da acessibilidade arquitetônica e urbanística em detrimento da acessibilidade informacional e comunicacional. Tal desequilíbrio evidencia uma compreensão ainda limitada da acessibilidade como direito amplo, que envolve o acesso ao conhecimento em todas as suas dimensões (UFF, 2023; Santos, 2024).

Ou seja, embora haja um empenho em proporcionar um ambiente arquitetônico e urbanístico acessível, são poucas as iniciativas voltadas para garantir o acesso às



informações e recursos disponíveis nas bibliotecas. Esta constatação se confirma ao analisar o Relatório de Gestão da universidade referente ao período de 2018-2022, publicado em janeiro de 2023, no qual se registra que as mudanças ocorridas na área de acessibilidade centram-se em: “infraestrutura, instalação de materiais especiais e construção/adaptação de espaços inclusivos”, ações que levaram a universidade a ganhar o Prêmio Brasil Mais Inclusão (UFF, 2023a, p. 12).

É importante ressaltar que, ampliar os espaços de inclusão, participar de projetos para adquirir e ampliar acervo (*e-book*), adquirir materiais e Tecnologias Assistivas é salutar. Todavia, pensar nos recursos humanos é essencial.

Não basta investir em materiais e tecnologias assistivas se não houver profissionais capacitados para mediá-los e operá-los. De que adianta ter Tecnologias Assistivas e não ter uma equipe capacitada? Os projetos devem prever todas as necessidades.

Por isso, a política de informação, voltada para recursos humanos é, também, estratégica e um instrumento que vai integrar todas as necessidades, tanto as gerenciais, quanto as operacionais. Os recursos humanos são indispensáveis na implementação da política de informação, sendo os responsáveis por planejar, gerenciar, capacitar e comunicar efetivamente as diretrizes e práticas relacionadas à gestão da informação. Eles desempenham um papel determinante no estabelecimento de uma cultura informacional adequada e na garantia de que as políticas de informação sejam implementadas de forma eficaz. Como observado na revisão narrativa de literatura, no discurso de Albagli (1999), uma política de informação deve priorizar

[...] a estrutura informacional do local, visando sua inserção no global e, a partir do potencial integrativo do padrão tecnológico local, redefinir sua densidade comunicacional, informacional e técnica, visando ganhar mais visibilidade nas redes informacionais estabelecidas em escala global (Albagli, 1999, p. 34).

A síntese dos dados mostra que, individualmente, as bibliotecas que oferecem melhores condições de acessibilidade comunicacional e informacional à pessoa com deficiência são aquelas cujos serviços garantem equidade no acesso à informação e aos serviços disponíveis, um exemplo é o catálogo *online*, através do qual qualquer usuário pode acessar o acervo de qualquer lugar por meio de um computador conectado à *internet*. Citamos também os *e-books*, que apesar de serem em formato digital e por



isso considera-se uma boa iniciativa, porém é preciso ponderar que nem todo material eletrônico é acessível, e o atendimento personalizado, como a Libras.

O *checklist* (Quadro 1) mostrou que os itens 2 e 9 não foram atendidos, já que as obras visuais ou não textuais não estão disponíveis de forma tátil às pessoas com impedimento visual e nem de forma sonora; os formulários disponíveis na biblioteca física, como cadastro de usuários e empréstimos de bibliotecas também não estão disponíveis nos *sites* em tamanho ampliado e/ou em braile, e nem fisicamente. Os outros itens são atendidos, ainda que parcialmente. No item 1, embora as obras não estejam disponíveis digitalmente para leitura, a BCG e a BUCG possuem ferramentas para torná-las digitais, em caso de solicitação pelo usuário; logo, o serviço é feito sob demanda. No item 3, observamos que algumas obras estão impressas e com audiodescrição (CD + livro); no item 7, embora o catálogo seja *online*, ainda existem funções que não estão ativadas por questões operacionais (política). Isto é: no sistema de bibliotecas da UFF, não há diretrizes estabelecidas para a catalogação de materiais acessíveis, como a inclusão de textos em formato PDF destinados a usuários com deficiência que estejam previamente cadastrados.

Embora o sistema Pergamum ofereça essa possibilidade, não há orientações ou políticas institucionais que abordam essa prática. Sugere-se que essa função seja disponibilizada apenas para usuários com deficiência, a fim de evitar violações dos direitos autorais, conforme preconizado pela legislação vigente. No entanto, é importante ressaltar a necessidade de estabelecer diretrizes claras e políticas institucionais que orientem a catalogação de materiais acessíveis, levando em consideração as normas legais aplicáveis.

Dessa forma, é essencial que a SDC/CBI/UFF adote medidas para garantir que a catalogação e a disponibilização de materiais acessíveis sejam realizadas de acordo com os princípios de acessibilidade e respeito aos direitos autorais, alinhados às diretrizes legais e às políticas institucionais estabelecidas. Essas ações contribuirão para promover a inclusão efetiva dos usuários com deficiência no acesso à informação e no uso dos recursos disponíveis nas bibliotecas da universidade, e as questões técnicas (inviabilidade tecnológica). No item 8, embora as normas (regulamentos de empréstimo e circulação) estejam disponíveis digitalmente, não estão em formato acessível para os



usuários com baixa visão e, fisicamente, não estão nos formatos ampliados e em braile, assim como apontam as normas de acessibilidade.

Retomando os princípios da inclusão e da acessibilidade, conforme discutido por Santos (2024), a *internet* é um canal indispensável para a disseminação de informações e o relatório da OMS e do Banco Mundial (2012) mostrou o quanto as pessoas com deficiência valorizam o acesso à *web*. Elas buscam por informações em vários âmbitos e, no ambiente acadêmico, é fundamental que informações como regimentos e regulamentos estejam disponíveis e acessíveis do mesmo modo que fisicamente. Como preconiza a LBI no Art. 3º, inciso V, sobre a comunicação, que deve se dar pela

[...] forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), **a visualização de textos**, o Braile, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, **os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia**, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e **formatos aumentativos e alternativos de comunicação**, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações (Brasil, 2015, art. 3, inc. V, grifo nosso).

Na UFF, observa-se que o enfoque predominante em relação à acessibilidade concentra-se principalmente na dimensão arquitetônica. Nesse contexto, rampas e elevadores são implementados para proporcionar acesso físico. No entanto, é essencial reconhecer que, em uma universidade, o conhecimento transmitido por meio do acesso à informação é o recurso mais valioso. Se o acesso à informação for prejudicado, a disseminação do conhecimento será afetada negativamente.

Portanto, é fundamental que as BU da UFF recebam investimentos adicionais para garantir a acessibilidade comunicacional. Isso implica na disponibilização de acervos acessíveis, estruturação das bibliotecas para atender às necessidades do público com deficiência e capacitação dos bibliotecários. Somente assim, será possível traduzir esses investimentos em ações efetivas e inclusivas nos serviços oferecidos aos usuários.

Consequentemente, é necessário estabelecer um regime de informação acessível de forma sistêmica em todas as unidades da universidade, assegurando que o acesso à informação seja garantido a todos os estudantes, independentemente de suas habilidades ou deficiências. Conforme ressalta González de Gómez (2002, p. 32) em seus estudos sobre as políticas de informação:

[...] a reformulação da Constituição Comunicacional e Informacional, conforme os novos paradigmas das redes e infra-estruturas de informação, deverá arcar com a dívida dos preceitos modernos insatisfeitos, dadas as



desigualdades sociais e regionais de acesso a escolas e universidades, bibliotecas, museus e outros recursos culturais e informacionais.

Ações nesse sentido contribuirão para promover a inclusão e o pleno envolvimento de todos os membros da comunidade acadêmica, fortalecendo o acesso igualitário à informação e o compartilhamento do conhecimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema de bibliotecas da UFF ainda tem desafios, como atender ao quesito de sinalização sonora e visual nas bibliotecas; ampliar os ambientes desobstruídos nas bibliotecas; fazer o Plano de Acessibilidade do sistema de bibliotecas; sensibilizar os trabalhadores da biblioteca sobre a questão da acessibilidade e inclusão; atualizar as Diretrizes de Desenvolvimento de Coleções conforme as orientações da LBI.

No caso das bibliotecas universitárias da UFF, é importante destacar a relevância de participar de projetos para ampliar o acervo e adquirir materiais e Tecnologias Assistivas. Entretanto, pensar nos recursos humanos é essencial. De que adianta ter materiais se não há quem os processe? E de que adianta ter Tecnologias Assistivas se não há uma equipe capacitada para utilizá-las? Os projetos devem prever todas as necessidades. Portanto, a política de informação é estratégica e um instrumento que integra tanto necessidades gerenciais quanto operacionais.

A Agenda 2030 da ONU enfatiza a importância da informação no cenário atual, em que a saúde, a educação, o bem-estar social, *etc.* apresentam-se como questões globais. Para alcançar esses objetivos, o acesso à informação é fundamental. Nesse sentido, a FEBAB tem incentivado os bibliotecários a serem defensores/ativistas da inclusão e acessibilidade, aspectos com o qual nos aproximamos por entender que se trata de uma questão de justiça social. Mas como observado, as ações não devem se restringir aos indivíduos e aos grupos sociais afetados pelo problema, mas devem partir também do estado e de seus órgãos competentes.

As bibliotecas e os profissionais da informação devem ter como objetivo integrar essas ações. É urgente adotar metodologias e políticas públicas que efetivem o direito à informação, com foco na formação continuada de bibliotecários, na produção de acervos acessíveis e na construção de uma cultura institucional inclusiva.



O estudo realizado apresenta um modelo replicável de avaliação de acessibilidade informacional que pode ser adaptado por outras instituições de ensino superior. Seus resultados têm potencial para subsidiar decisões de gestão, elaborar projetos de melhoria e fundamentar ações institucionais com base em evidências.

Nesse sentido, considera-se que o *checklist* é uma ferramenta eficaz de diagnóstico e planejamento, alinhada à Agenda 2030 e às diretrizes da FEBAB para uma biblioteconomia inclusiva, crítica e socialmente comprometida com a inclusão.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Globalização e espacialidade: o novo papel do local. In: CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins (ed.). **Globalização e Inovação localizada**: experiências de sistemas locais no Mercosul. Brasília: IBICT/MCT, 1999. p. 181-199.

BABALOLA, Yemisi T.; HALISO, Yacob. Library and Information Services to the Visually Impaired-The Role of Academic Libraries. **Canadian Social Science**, Montreal, Canada, v. 7, n. 1, p. 140-147, 2011. Disponível em: <http://www.cscanada.net/index.php/css/article/view/1224/0>. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2-11, 07 jul. 2015. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=07/07/2015&jornal=1&pagina=2&totalArquivos=72>. Acesso em: 1 maio 2025.

BRASIL. **[Constituição (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 ago. 1978.

FEBAB. **Bibliotecas por um mundo melhor** – Agenda 2030. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/4563>. Acesso em: 21 maio. 2025.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência e Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/975/1013>. Acesso em: 30 maio. 2025.

IBGE. **O indicativo faz parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**: Pessoas com Deficiência 2022, lançada nesta sexta-feira (07/07/2023), em Brasília (DF), fruto de um Termo de Execução Descentralizada entre a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania



(SNDPD/MDHC) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://encurtador.com.br/aelvz>. Acesso em: 07 jun. 2025.

NICOLETTI, Tamini Farias; MORO, Eliane Lourdes da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil. Checklist para bibliotecas: um instrumento de acessibilidade para todos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis, 2013, Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/2504>. Acesso em: 12 jun. 2025.

OMS; THE WORLD BANK. **Relatório mundial sobre a deficiência**. Tradução: Lexicus Serviços Linguísticos. São Paulo: SEDPcD, 2012. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf?sequence=4. Acesso em: 26. maio. 2025.

SANTOS, A. P. L. dos. **Inclusão, acessibilidade comunicacional e informacional às pessoas com deficiência em bibliotecas universitárias**: discussão à luz do conceito de regime de informação. 2014. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2024. Disponível em: <https://encr.pw/fUB3y>. Acesso em: 12 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Gestão UFF**: relatório de gestão 2018-2022. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2023a. Disponível em: https://www.uff.br/sites/default/files/relatorio_de_gestao_versao_final.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Superintendência de Documentação. **Plano de Desenvolvimento da Unidade – PDU - 2021-2023**. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2021. Disponível em: https://www.uff.br/sites/default/files/paginas-internas-orgaos/pdu_sdc.pdf. Acesso em: 24 maio. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **O Plano de Desenvolvimento Institucional da UFF PDI – 2023-2027**. “Voando alto com os pés no chão”. Aprovado pelo CGIRC – Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles em 21 de agosto de 2023b. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2023. Disponível em: http://pdi.sites.uff.br/wpcontent/uploads/sites/196/2023/11/PDI_PPI_2023_2027.pdf. Acesso em: 27 maio. 2025.